

A SEMANA na África

Clipping sobre PALOP e África Austral

25 a 31 de Outubro de 1992 Nº61

ANGOLA: A complicada crise pós-eleitoral

O arrastar dessa crise é fruto não só de sua complexidade, mas também da imprevisibilidade da UNITA e de seu líder, Jonas Savimbi. A derrota do primeiro turno das eleições acarretou na desestruturação do partido, que já atravessava com dificuldades a transição de movimento militar para partido político. Apesar da confirmação de um segundo turno para decidir quem será o novo presidente de Angola, o fracasso da candidatura de Savimbi paralisou essa adaptação à vida democrática.

A UNITA continua a acusar a existência de fraudes nas eleições, mas até o momento não conseguiu provar nada. A própria ONU já reconheceu as eleições como "livres e justas". No entanto as acusações parecem tomar a forma de um escudo que propiciará tempo, para que seus dirigentes possam eleger uma nova pauta de negociações que será apresentada durante as discussões com o MPLA. Este por sua vez, fez questão de não aparecer em demasia neste momento delicado. A estratégia deverá ser a mesma do primeiro turno, qual seja, deixar Savimbi tropeçar nas suas próprias pernas e demonstrar o desrespeito dos acordos de Bicesse por parte da UNITA.

A difícil situação de Savimbi fez com que este buscase uma nova postura, que transmitisse confiança ao eleitor. Dentro desta perspectiva Savimbi se apresentou nos últimos dias como o mais moderado dirigente da UNITA. Apesar de ter sido o primeiro a pronunciar as acusações de fraudes e de ter alegado para a possibilidade de retornar à guerra, Savimbi diz estar sendo pressionado pelos demais dirigentes da UNITA a assumir uma posição mais dura em relação à crise. Os observadores, de uma forma geral, não acreditam nesta possibilidade, devido principalmente, ao caráter hierárquico e centralizador da UNITA.

Estes observadores alertam ainda para o fato de estar ocorrendo uma espécie de "beija-mão" em relação a Jonas Savimbi. Os mediadores políticos desta crise estariam dispensando uma atenção exagerada

NESTA EDIÇÃO:

Reunião da política angolana dos EUA
p.1

Portugal critica atuação de "Pik" Botha na crise angolana
p.5

Fome afeta escolas em Moçambique
p.10

Afonso Dhlakama acusa o governo moçambicano de cumplicidade com o narcotráfico.
p.11

da ao líder da UNITA, que continua a não aceitar o resultado das eleições. De qualquer forma, a atitude de confronto e resistência da UNITA neste momento pós-eleitoral tende a prejudicar ainda mais o seu candidato no segundo turno. O desejo do povo angolano de alcançar a paz deverá chocar-se com esta postura imperial de Savimbi. Portanto, os mediadores internacionais, já prevendo um cenário não promissor para a UNITA, no campo eleitoral, buscam através dessa "atenção exagerada" obter de Savimbi a concordância na realização de um segundo turno e, mais uma vez, sua promessa de que aceitará pacificamente o resultado das eleições. Não será fácil convencer Savimbi a assinar um acordo que provavelmente selará sua segunda derrota eleitoral. Esta situação faz com que seja ventilada a possibilidade de um governo de União Nacional, onde certamente caberá ao MPLA, uma posição de maior destaque. (p. 01 a 08) MB

Informativo de circulação restrita editado pelo Programa de Estudos Africanos do CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS — CEEA do Conjunto Universitário Cândido Mendes.

Secretaria: Ana Cristina Macedo de Souza, Rua da Assembleia, 10, Sala 501. Telefone: 224-8622 R. 259; 221-3536; Fax: (5521) 2324782. Rio de Janeiro — Brasil Cep: 20011.

MOÇAMBIQUE: Violações do acordo por parte da Renamo ameaçam o processo de paz.

Forças da Renamo, em clara violação do acordo de paz assinado em Roma no início do mês, empreenderam uma série de operações militares, ocupando, entre 17 e 20 de outubro, quatro cidades, Maganja da Costa, na Zambézia, Memba, no litoral do norte do país, Lugela e Angoche, cidades litorâneas situadas na província de Nampula. Destas operações, a de maior importância foi a ocupação de Angoche, cidade que possui atualmente uma grande relevância do ponto de vista estratégico, devido à difícil situação do sistema de transportes e comunicação de Moçambique.

O governo moçambicano reagiu inicialmente por intermédio de um comunicado oficial, no qual acusa a Renamo de violar o acordo de paz e efetuar uma "política deliberada de conquistas de territórios e pontos estratégicos". O governo moçambicano afirmou que as referidas operações da Renamo constituem um "verdadeiro desafio ao povo moçambicano e à comunidade internacional", e que estava disposto a "tomar as medidas que considera as mais apropriadas para pôr fim às violações destes acordos e para os fazer respeitar". E não contentou-se somente com avisos; no dia 21, forças governamentais expulsaram as tropas da Renamo de Angoche, recapturando a cidade. Não foi calculado ainda o número de mortos e feridos nestas operações militares.

Teresa Lima, a bem informada correspondente do Público em Maputo, relata que duas são as hipóteses explicativas desta (nada surpreendente) ação da Renamo: a primeira hipótese defende a possibilidade do movimento rebelde não confiar no governo moçambicano, e estaria procurando, nas palavras de Teresa Lima, "salvaguardar a possibilidade de voltar a pegar em armas, caso o processo de paz não consiga prevalecer". A outra hipótese, levantada pelo comentarista político do jornal de Maputo Notícias, Bongus Júnior, atribui a retomada de operações militares a uma facção "dura" da Renamo, que contrapor-se-ia contra a facção "moderada" de Afonso Dhlakama, e, estando insatisfeita com o acordo de paz de 4 de outubro, estaria, através destas ações, não só conquistando uma posição de força para Renamo face ao governo, como para si própria no interior do movimento.

Teresa Lima destaca que estas operações desenvolvidas pela Renamo (assim como resposta governamental) contrastam fortemente com a situação no interior do país, onde os membros da Renamo aproximam-se "das estruturas e populações legais em busca de comida e apoio". Ela menciona ainda o importante fato que tanto as ordens

de ocupação de pontos estratégicos quanto de reconciliação partem do quartel-general da Renamo, tornando impossível verificar qual das hipóteses, acima referidas, acerca da razão das operações militares é a correta.

Em todo o caso, a Renamo, através da sua representação em Portugal, garantiu que não haverá novos ataques. É difícil saber, como vimos, se o movimento realmente quer ou pode manter sua palavra. (p.09 a 011) FN

ÁFRICA DO SUL: O Inkatha continua acionando o fenômeno político da etnicidade.

O ator mais incômodo da cena política sul-africana (não só nesses últimos dias) fôra o Inkatha. Sob o comando do chefe e primeiro-ministro do bantustão de KwaZulu, G. Buthelezi, aquele movimento busca reafirmar a todo custo a identidade zulu. A politização da etnicidade impulsionou o Inkatha, a querer representar todos os que lutam contra o apartheid. Mas, mesmo buscando legitimar-se como um partido político multi-racial e anti-apartheid, é uma organização que se utiliza das estruturas racistas do regime, podendo beneficiar-se, inclusive, com o projeto governamental de federação e regionalização da futura África do Sul.

Dentro do atual contexto sul-africano, o Inkatha (movimento considerado como uma "terceira força") busca, então, pressionar contra qualquer tipo de negociação (ou concessão) que exclua o Partido da Liberdade.

Uma realidade conflitante a ser hoje enfrentada em todo o mundo é o fenômeno político da etnicidade. Na África do Sul, onde o "grande apartheid" ao desejar criar um Estado totalmente branco, delegando aos negros a "cidadania" nos bantustões "independentes", reforçou em alguns destes o domínio político autoritário e de elites negras letradas que na defesa de privilégios não hesitam em aquecer o combustível político da etnicidade.

Os problemas sul-africanos passam e ultrapassam a possibilidade de nomear ministros negros, de conter a violência generalizada ou acompanhar com expectativa os incertos passos rumo à paz na África Austral. Defrontam-se com diferenças fundamentais entre o governo e o ANC, e entre este e o Inkatha. Um acordo negociado e a transferência do poder talvez dificilmente alcancem algum estado de harmonia social, pois o horizonte político e social tende ao jogo de alianças, à cooptação de lideranças negras, conflitos, lutas e a progressos e retrocessos nas negociações. (p. 12) EB

OS ESTADOS Unidos prepararam-se para reavaliar a sua política para com a UNITA, devido aos acontecimentos verificados em Angola no rescaldo das eleições de 29 e 30 de Setembro.

A administração norte-americana adoptou uma política formal de apoio ao processo eleitoral paralelamente a uma continuada "solidariedade" para com a UNITA, destinada a contribuir para que ela se mantivesse empenhada nas eleições. Essa postura visava uma transição do apoio total à UNITA para o reconhecimento do governo que resultasse das eleições do mês passado.

Mas a evolução dessa política foi afectada quando a UNITA fez alegações de fraude eleitoral que não comprovou, quando retirou os seus militares das Forças Armadas Angolanas, violando os acordos de Bicesse e militarizando as eleições, quando fez retroceder a administração central, tomou o controlo de várias localidades em Angola; e quando ameaçou implicitamente com a guerra — "caos e catástrofe nacional" — se as suas exigências não fossem atendidas.

Com o seu comportamento, a UNITA pôs em causa o processo no qual o Departamento de Estado sustentava a sua política. E deixou Herman Cohen e a sua equipa perante a difícil constatação de que a solidariedade americana não conseguiu manter Savimbi fiel ao processo eleitoral.

Quando através de Cohen, e mais tarde do próprio secretário de Estado Lawrence Eagleburger, os Estados Unidos exortaram a UNITA a respeitar o processo eleitoral e a aceitar o dicto das urnas, os dirigentes daquele partido ignoraram os apelos de Washington, levantando dúvidas sobre a influência dos Estados Unidos no seio do partido de Savimbi e junto deste.

Mais ainda, notam diplomatas americanos, a UNITA pôs em causa as Nações Unidas, "cujas decisões são respeitadas em qualquer outro lugar no Mundo". E recordam ter sido a própria a UNITA a exigir a participação da ONU nas eleições angolanas por considerar que, de outra forma, elas não poderiam ser livres e justas.

Postos em causa estes pressupostos, Herman Cohen (regressado ontem de uma visita de dois dias a Angola) vai dar início a uma revisão completa da política americana, "através de uma análise das acções de todas as partes ao longo das últimas três semanas", segundo indicou uma fonte diplomática. As posições a tomar vão reflectir

o apoio que Washington faz do comportamento da UNITA, do MPLA e do Governo, no decurso da crise angolana.

Segundo a mesma fonte, a reavaliação a efectuar tem presente que os Estados Unidos apoiam inequivocamente e sem reservas a declaração das Nações Unidas descrevendo as eleições como "livres e justas". O apoio às eleições constitui "a base de sustentação da noção política, neste momento", adiantou ao PUBLICO uma fonte americana.

Os EUA, disse, continuam a pretender que as partes mantenham as linhas de diálogo abertas e continuem, a "trabalhar em conjunto", para solucionar a crise e evitar a guerra, e dispõem-se a prestar "toda e qualquer assistência" que as partes angolanas venham a requerer em futuras negociações.

Essas negociações aumentaram a complexidade do problema. O processo eleitoral, saído do CNE para as mãos dos dois principais partidos angolanos, perdeu as características de previsibilidade que a Lei Eleitoral lhe dava. Pode ter muitos desfechos de difícil previsão (até porque as intenções de Savimbi neste momento ainda não são claras), criando inúmeros cenários a que Washington precisa de reagir ou antecipar-se.

O desfecho mais desejado — acordo político para a realização da segunda volta das presidenciais e partilha do poder no novo executivo — é também aleatório, pois a UNITA poderia rejeitar os resultados e o processo, mesmo depois de se comprometer a aceitá-los, como sucedeu na primeira volta. Nesta fase de negociações, não estaria fora de causa a elevação do nível diplomático da representação angolana em Washington.

Outro cenário possível é o de o MPLA decidir avançar com a formação de um novo Governo, mesmo que a UNITA continue a não reconhecer os resultados das legislativas, convidando a oposição para o integrar. Nesta situação, os EUA poderiam ser forçados a reconhecer o Governo, na medida em que ele teria resultado dos resultados eleitorais certificados pela ONU e aceites por Washington — condições prévias avançadas pelos Estados Unidos.

Há muitos outros resultados possíveis, entre os dois mencionados. Mas em todo o caso, Washington precisa de ponderar se, seja qual for a sua política, pode contribuir para evitar uma nova guerra em Angola. ■

Bill Morris

Paralisia política não impede o petróleo de correr

A TENSÃO resultante das eleições em Angola paralisou a vida política mas não impede o petróleo de correr, trazendo divisas ao país. Segundo maior produtor da África Subsariana (a seguir à Nigéria), Angola ultrapassa actualmente os 500 mil barris diários e poderá vir a atingir, no fim do próximo ano, os 600 mil barris por dia, de acordo com as projecções oficiais.

Os parceiros mais importantes da Sonangol (Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola) são a companhia norte-americana Gulf-Chevron, que opera em Cabinda, e a empresa francesa Elf Aquitaine. No total, segundo o Ministério angolano do Petróleo, uma vintena de empresas de todo o mundo — entre as quais a Shell e a Elf — estão já a trabalhar no país e começam a interessar-se pela exploração em águas profundas, para além do "offshore".

A extração de diamantes é um outro sector em expansão e a empresa De Beers está a negociar um novo contrato com a companhia angolana Endiama.

As incertezas políticas influenciam, no entanto, um grande número de homens de negócios, novos investidores ou exportadores, que esperam, nos seus hotéis, o desanuvamento necessário ao retomar das suas actividades. O pequeno comércio interno mantém-se, apesar de tudo, florescente, e nos mercados paralelos abundam os géneros alimentares e outros produtos.

"Dantes tínhamos kwanzas (a moeda local), mas não havia nada para comprar. Agora não temos kwanzas que cheguem para comprar tudo o que há no mercado", dizem os luandenses.

O Governo tomou uma medida acertada ao injectar mercadorias no mercado paralelo, suprimindo assim o mercado negro. De igual forma, a desvalorização da moeda e a criação de uma taxa de câmbio paralela oficial — na rua, pequenos comerciantes brandem maços de kwanzas para os trocar por dólares — estabilizaram de alguma forma as taxas, aproximando-as da realidade do mercado.

Embora já tenha beneficiado de empréstimos do Banco Mundial, Angola não conseguiu ainda negociar um acordo de ajustamento estrutural com o FMI, apesar de este organismo já ter enviado várias missões. Segundo os especialistas, o sector bancário e a indisciplina financeira contam-se entre as maiores fraquezas da economia angolana.

Calcula-se que a dívida externa de Angola ronde os 8 mil milhões de dólares, de metade dos quais são credores os países da Europa de Leste, os antigos parceiros da Angola marxista — hoje considerada um dos países fortemente endividados mas que dispõe de um certo nível de rendimento graças à sua condição de produtor de petróleo, tal como a Nigéria, o Congo ou o Gabão.

Pela primeira vez desde o fim da guerra fria, Angola e outros antigos parceiros africanos da ex-URSS — Etiópia, Congo, Madagáscar e Guiné — pedem uma redução da sua dívida civil e militar, que uma fonte russa calcula rondar os 13.936 milhões de rublos convertíveis (41,75 milhões de dólares ao câmbio interbancário). Solicitam ainda a anulação da dívida militar e o reescalonamento da dívida civil — como fez saber o Clube de Paris, que agrupa os credores públicos dos países em vias de desenvolvimento.

Segundo os russos, a proporção da dívida civil em relação ao endividamento militar é de 1 para 5, atingindo, no caso angolano, a proporção de 1 para 10. A URSS procedera, em 1988, a um importante reescalonamento da dívida africana para um período de cinco anos, que agora expira.

A Rússia encetou, entretanto, negociações com alguns países — entre os quais Angola e o Congo —, propondo acordos de troca (dívida contra produtos) e o reembolso em moeda local, que seria reinvestida em Angola por empresários russos. ■

Marie Jannidis,
enviada especial da AFP

PUBLICO QUINTA-FEIRA, 22 OUTUBRO 1992

SAVIMBI QUER LEGISLATIVAS PARCIAIS — A UNITA reivindicou a realização de eleições legislativas parciais "em seis ou sete províncias onde a fraude foi mais evidente", em simultâneo com a segunda volta das presidenciais, anunciou ontem à Lusa uma fonte do partido. Esta seria uma das condições para o encontro entre Savimbi e José Eduardo dos Santos, disse a mesma fonte não identificada, que reiterou também a exigência de formação de um governo de "unidade nacional" e propôs um organismo "paritário" do MPLA à UNITA para fiscalizar o futuro processo eleitoral, "já que a ONU não quer". Note-se que esta afirmação é um desafio indirecto às Nações Unidas que consideraram regulares as eleições angolanas.

Tragicomédia

(PUBUCO)
QUINTA-FEIRA, 21 OUTUBRO 1982

VOARAM TODOS para o Huambo, ontem: Botha, Cohen, Barroso, Karasin. Numa nova iniciativa com contornos de autêntico "beija-mão" ao líder africano que, há mais de duas semanas, mantém Angola e o mundo suspensos da sua última palavra sobre as condições em que aceita a derrota.

Os representantes da África do Sul, EUA, Portugal e Rússia tinham esperado por ele toda a segunda-feira, em Luanda. Jonas Savimbi decidiu não comparecer. Não sem que antes tivesse exigido que o general França N'Dalu — a única figura do actual poder de estado angolano em que parece confiar — o fosse buscar e, qual escudo protector, o acompanhasse na viagem para a capital, onde aceitara encontrar-se com Eduardo dos Santos. N'Dalu trouxe do Huambo uma explicação surrealista: era preciso que uma comissão política e outra militar preparassem a respectiva agenda. Definitivamente, o processo político angolano degenerava numa tragicomédia em que a comunidade internacional se arrisca a desempenhar cada vez mais o papel de patrocinadora de aprendiz de feiticeiro.

Nas primeiras horas após as eleições de 29 e 30 de Setembro, diplomatas, observadores, jornalistas mostravam-se preocupados com o "score" que os primeiros resultados pareciam destinar a Savimbi. Como reagirá o líder, como reagirão os militantes a humilhação tamanha?, perguntavam-se. Um desabafo da dirigente Fátima Roque ao PÚBLICO — "custa-me a acreditar, seria uma grande injustiça" — podia ter sido suscitado por muita gente sem simpatia especial por Savimbi e pelo seu partido, mas que reconhecia o papel histórico de ambos na criação de condições para a chegada da democracia a Angola.

Ao sentimento de injustiça, juntara-se a indignação de quem lia no "Jornal de Angola", ouvia na Rádio Nacional e via na Televisão Popular — dirigidos com mão de ferro pelo governo do MPLA — números indiciadores de uma vitória do seu rival mesmo em zonas como o Bié, onde, toda a gente sabia, o voto livre era de longe favorável.

Vistos a esta luz, o berro de Savimbi, na manhã do dia 3, e as acusações de "fraude generalizada" lançadas contra o MPLA e o CNE adquiriam sentido. Os desenvolvimentos posteriores não deixariam de confirmar, de algum modo, o clima de suspeição instalado. Mas demonstraram também o interesse da comunidade internacional em esclarecer de uma vez por todas as dúvidas do derrotado.

Quando quinta-feira passada, o secretário-geral da ONU telefonou a Savimbi anunciando-lhe a segunda volta das eleições presidenciais e este disse aos jornalistas que aquela fora uma "boa notícia", o espectro da guerra pareceu arredado do grande país e as condições criadas para uma nova pugna em que o voto popular funcionaria como juiz supremo.

Declarações de altos dirigentes de que vão impugnar as legislativas, afinal, e de que a guerra pode ser a única saída para a crise; a ocupação militar de numerosos municípios; exigências de partilha do poder até uma segunda volta que só se realizará em certas condições, configuram uma clara tentativa da UNITA para obter sob a ameaça das armas aquilo que não conseguiu alcançar através do voto. E parecem dar razão aqueles que nunca acreditaram na sinceridade democrática do líder histórico da resistência angolana "contra o comunismo de russos e cubanos".

Assiste aos homens de Savimbi todo o direito de reclamarem uma segunda volta eleitoral "livre e justa". E de entenderem que essa garantia só pode funcionar se as eleições forem organizadas pela ONU e não pela máquina administrativa do estado angolano, como ingenuamente aceitaram antes. É inadmissível, por outro lado, que o MPLA dê o prometido por não prometido e venha agora manifestar-se indisponível para um governo de unidade nacional em que a UNITA teria uma representação proporcional aos seus resultados eleitorais.

O partido (claramente) derrotado nas legislativas não pode, contudo, exigir paridade na governação e muito menos manter uma máquina de guerra paralela que se comprometeu (falsamente, como agora se comprova) a desmantelar em 27 de Setembro passado.

Savimbi e Santos aceitaram o veredicto das urnas. O clima de festa em que os angolanos se dirigiram às urnas referendou aquela opção. Qualquer cobertura internacional a comportamentos chantagistas; qualquer fechar de olhos a jogadas de secretaria confortam, pela certa, as convicções dos que sempre acharam que a cultura africana (os "pretos", como dizem em ambiente mais íntimo) não se adapta à democracia do voto.

O que fazem, na verdade, é servir os interesses daqueles que, num e noutro partido, apostam no regresso a um regime de ditadura. Favorecendo os desígnios de quem prefere a rapidez e eficácia dos negócios com sobas, à morosidade e aos riscos dos mecanismos de formação da vontade da maioria e de controlo democrático do poder. ■

Nem guerra nem paz

Terça-feira, 19h30,
cidade do Huambo.

Um carro estacionado em frente da casa de David Bernardino, um médico radicado na cidade há 30 anos. Tiros de rajada disparados por três homens fortemente armados. O poeta e cientista Fernando Marcelino e a sua irmã Dilar Marcelino, religiosa da diocese de Menongue, Kuando Kubango, ficam inertes, atingidos na cabeça. Miete de Melo Marcelino, mulher de Fernando, e Zaida Daskalos ficam feridas, acabando a primeira por morrer, já no Hospital do Huambo. As quatro pessoas alvejadas no atentado, atribuído à UNITA pelo "Jornal de Angola", eram angolanas de raça branca e a sua morte emocionou a comunidade intelectual angolana (ver texto na página seguinte).

Tudo isto se passou apenas uma hora depois de o secretário de Estado português dos Negócios Estrangeiros e Cooperação e os seus homólogos norte-americano e russo para os Assuntos Africanos terem deixado a cidade do Huambo. Barroso, Cohen e Karasin tinham-se encontrado com Jonas Savimbi, líder da UNITA, numa tentativa de solução pacífica da crise político-militar angolana.

Chegaram a Luanda com algum optimismo, pela possibilidade de o líder da UNITA e o Presidente da República se en-

contrarem brevemente, abrindo caminho para o entendimento político e afastando o risco do confronto armado. Um optimismo que "Pik" Botha, chefe da diplomacia sul-africana, também manifestou.

Mas os sinais da tensão multiplicam-se. Ontem, a polícia de Luanda reclamava a libertação de um agente que a UNITA mantém preso desde sábado passado. É um dos quatro homens que a segurança do

partido de Jonas Savimbi deteve quando passavam numa viatura da polícia em frente da sede nacional da UNITA, no bairro de São Paulo, em Luanda. Segundo um dirigente deste partido, está como refém até que sejam libertados dois homens da UNITA e seja entregue um carro em poder da polícia. [Na capital, de manhã, mais de três dezenas de homens armados da UNITA tomaram posições em torno da sede do edifício onde funciona a Comissão Conjunta Político Militar (CCPM) para onde estava marcada, uma reunião — mais tarde adiada para hoje — de abertura das negociações de preparação do encontro cime-

ro entre Eduardo dos Santos e Jonas Savimbi. Os militares da UNITA "cercaram" a sede da CCPM horas antes dos oficiais a quem é suposto fazerem segurança terem chegado do Huambo.]

Na provincia da Huíla, as conversações para que seja reposta a administração do Estado nas áreas ocupadas militarmente pela UNITA foram suspensas por este partido — segundo a edição de ontem do "Jornal de Angola". As tropas de Jonas Savimbi controlam os municípios de Chicomba, Chipindo, Caconda e Quilengues.

Quem não arriscou esperar

por melhores dias em Luanda foram os nórdicos que fretaram um avião e fizeram seguir domingo, para Windhoek, 83 pessoas, havendo indicações de que o governo de Estocolmo recomendou às organizações humanitárias e aos empresários que suspendam os seus planos e projectos, e preparem a evacuação do seu pessoal. Viajaram para a capital namibiana 70 suecos e 13 noruegueses — na sua maioria mulheres e crianças — prevenindo-se contra uma eventual retomada da guerra civil em Angola, segundo informação do embaixador sueco na Namíbia, Sten Rylander, que considera a situação "incerta", em Angola. A Suécia é um dos países com maiores laços de cooperação com Angola, iniciados ainda durante a luta anticolonial, primeiro através da ajuda aos movimentos independentistas, e depois em programas de cooperação e desenvolvimento (cerca de 4,8 milhões de contos, este ano).

A saída de estrangeiros de Luanda, nomeadamente nas duas últimas semanas, é perceptível na baixa radical das taxas de ocupação dos hotéis. Nos últimos dias, o Hotel Mundial — onde pernoitavam as tripulações da TAP, que deixaram de o fazer na capital angolana por razões de segurança impostas pelo respectivo sindicato — não dava guarida a mais de uma dúzia de hóspedes e o Hotel Tróptico, o segundo maior da cidade, alojava apenas os quadros da UNITA.

A indefinição dos últimos tempos em Angola, onde é adequado dizer que se vive uma paz podre, não inspira qualquer confiança para os estrangeiros que trabalham e investiram em Angola, os tempos são de recessão e insegurança; a administração pública está ainda mais paralisada; e os jovens maritêm-se na expectativa da abertura das escolas, o que se admite não acontecerá antes do próximo ano. ■

MUNDO

QUINTA-FEIRA, 22 OUTUBRO 1982

UNITA avança no Bié

António Matos em Luanda

PÚBLICO

SEXTA-FEIRA, 23 DE OUTUBRO 1992

Governo e UNITA encontraram-se ontem pela primeira vez no âmbito da comissão preparatória da cimeira entre José Eduardo dos Santos e Jonas Savimbi. Mas, a serem verdadeiras as informações ontem publicadas na imprensa angolana, o país está mesmo à beira da guerra. A UNITA parece estar a ocupar o Bié.

A comissão preparatória da agenda do encontro entre José Eduardo dos Santos e Jonas Savimbi começou ontem os seus trabalhos. Os dirigentes da UNITA, representada ao mais alto nível, e os mandatários do Governo reuniram-se na sede da Comissão Conjunta Político-Militar (CCPM), desta vez sem a presença de qualquer observador — nem de Portugal, nem da Rússia ou dos Estados Unidos. Para uma reunião preparatória da agenda de uma cimeira, não pode deixar de ser considerado inapto que os trabalhos tenham sido imediatamente suspensos temporariamente... por falta de agenda.

Jeremias Chitunda, vice-presidente, e general António Pena "Ben Ben", chefe do Estado-Maior das FALA (exército da UNITA, apenas formalmente extinto), representam nesta comissão o partido de Jonas Savimbi, enquanto os generais "N' Dalu" e "Nandó", vice-ministros da Defesa e do Interior, respectivamente, falam em nome do Governo. Dos trabalhos de ontem não foi possível retirar qualquer conclusão, mas nos corredores do edifício onde se realiza o encontro respirava-se ceticismo.

Todos os esforços que nesta altura estão a ser desenvolvidos vão no sentido da realização de um encontro entre o líder da UNITA e o Presidente da República, com vista a serem reatados os compromissos de paz aparentemente esquecidos depois das eleições de 29 e 30 de Setembro. Nessa cimeira, caso se realize, serão discutidas as condições em que deve realizar-se a segunda volta das eleições presidenciais. Quarta-feira, a UNITA introduziu um novo elemento nas exigências que fez para aceitar a segunda volta e abandonar as ameaças belicistas: repetir as eleições legislativas "em seis ou sete províncias onde a fraude foi mais evidente", em simultâneo com a segunda volta das presidenciais.

Desde logo, a esta exigência

— que deverá ser discutida na comissão preparatória do encontro — se levanta um obstáculo: como as eleições foram realizadas sem cadernos eleitorais — um eleitor residente em Luanda pode ter votado no Luena — não é possível repeti-las em locais determinados. De qualquer modo, segundo observadores, esta proposta pode significar o abandono pela UNITA da tese da "fraude generalizada".

No meio de estas reuniões, discussões e adiamentos, passaram já quase quatro semanas sobre as eleições e o efeito do voto dos angolanos esvazia-se a cada dia que passa.

"Pré-guerra"

Mais do que em 28 de Setembro, quando se esperava que as eleições provocassem o efeito contrário, MPLA e UNITA bipolarizam a vida política angolana. Apenas uma terceira força, no sentido social, parece ter voz para gritar tão alto como estes dois partidos — a Igreja Católica. E ontem os bispos de Angola tornaram pública a sua opinião sobre o estado de pré-guerra que tomou conta do país depois das eleições (ver última página).

"Estado de pré-guerra" é o mínimo que se pode dizer: a fazer fit nas notícias diariamente divulgadas pela comunicação social angolana, o país está, de facto, em guerra. Um pouco por todo o território, as informações da imprensa oficial acusam a UNITA de tomar pela força das armas municípios e comunas, de praticar assassinatos e assaltos. Por seu lado, nem o Governo nem o partido no poder reagem, fazendo passar uma imagem que pode ser de contenção ou de impotência. Segundo as últimas informações, a UNITA parece já ter tomado pelas armas todos os municípios da província do Bié, excepto Kunhinga e a capital, Kuito, que a agência oficial angolana diz estar cercada por tropas do partido de Jonas Savimbi.

O novo Savimbi

"O SENHOR doutor Savimbi, contrariando a UNITA, está à procura de uma saída política." A frase é de Norberto de Castro — director do "Terra Angolana", jornal oficial da UNITA — e viria a ser consagrada pelo próprio líder quando há dias, no Huambo, ao contar que generais e dirigentes o pressionam para posições extremas, se mostrou ao mundo como o mais moderado dos militantes do seu partido.

Quem analise com atenção o discurso actual da UNITA concluirá que existe uma certa coerência nas afirmações produzidas pelos seus responsáveis na crise político-militar iniciada em Angola, era ainda visível a tinta no indicador direito dos eleitores. Como por exemplo esta: "Savimbi saiu de Luanda para acalmar os dirigentes das províncias", numa conferência de imprensa quatro dias depois de o líder da UNITA ter abandonado a capital e cinco após um discurso em que refutava os resultados das eleições e ameaçava recorrer à guerra; ou esta: "Os militares querem a guerra", do próprio Savimbi, há uma semana no Huambo.

Parece estar na forja uma nova imagem pública de Jonas Savimbi, moderado e cordato, para consumo dos angolanos na segunda volta das eleições presidenciais. Diferente do candidato irascível que em Setembro ameaçou "dar no focinho" aos "ninjas"; distante do guerrilheiro que abria os comícios com a palavra de ordem "Menongue ponto de partida, Luanda ponto de chegada". Se essa for a estratégia, resta saber até onde irá a operação de cosmética, não sendo fácil imaginar Savimbi de fato e gravata em vez do seu fato estilo Abakossi, tão ao gosto do zairense Mobutu Seseke.

Uma peça continua, porém, a não encaixar neste "puzzle": a indiferença e hostilidade para com a comunidade internacional. Enquanto os observadores aguardavam em Luanda a realização do encontro entre o Presidente da República e o líder da UNITA, a Vorgan passava segunda-feira uma comunicação de Jonas Savimbi ao país. Durante meia hora, Savimbi explicou que o MPLA ganhara "através do roubo das urnas, da intimidação da polícia anti-motim, da convivência internacional"; e que, para a segunda volta, "não podemos aceitar mais a UNAVEM [Missão das Nações Unidas para a Verificação das Eleições Angolanas], que também esteve envolvida".

E não hesitou em deixar ainda mais clara a sua posição sobre a intervenção dos observadores internacionais no processo angolano: "Gostariamos de poder agradecer à comunidade internacional, mas o seu procedimento foi negativo. (...) A passagem dessas organizações por Angola foi uma desgraça para a nossa pátria". A.A.M.

PÚBLICO

SEXTA-FEIRA, 23 DE OUTUBRO 1992

PÚBLICO

SÁBADO, 24 OUTUBRO 1992

Jonas Savimbi

Foi a mais negativa surpresa para a comunidade internacional, sobretudo para os seus amigos e aliados. Depois de recusar a derrota eleitoral e ameaçar o país com o regresso da guerra, a UNITA pôs em causa a honrabilidade da ONU: acusou Margaret Anstee, representante de Butros-Ghali, de ter sido "comprada" pelo MPLA, "com mercúrio e diamantes".

Savimbi joga no papel de salvador

SE algo neste momento se deve exigir a Portugal e aos outros Estados que acompanharam o processo angolano é que não abandonem Angola e os seus habitantes aos apetites dos senhores da guerra.

É certo que os acordos ditos de paz, assinados no ano passado em Lisboa, previam a tutela da comunidade internacional apenas até à realização das eleições. Nenhuma garantia existia, porém, de que o país entrasse, após o escrutínio, na normalidade democrática (expressão virtualmente desconhecida na África negra). A semana e meia da consulta eleitoral, o EXPRESSO escrevia em editorial, por exemplo: «É ponto assente que a vitória vai ser disputada apenas por dois contendores: o MPLA e a UNITA. E nenhuma destas formações assumiu alguma vez compromissos acerca do que fará no caso de ganhar (ou perder) as eleições. Há, na verdade, mais razões para desconfiar do que para acreditar nas boas intenções proclamadas neste período de estado de graça.»

TORNOU-SE agora claro, de facto, que a política foi apenas a continuação da guerra por outros meios. Para Jonas Savimbi, os acordos de Bicesse não representaram o abraço à paz e à democracia que tanto apregoou aos incautos, mas apenas o cavalo de Tróia que lhe permitiu o que nunca conseguira alcançar em 15 anos de combates: entrar com a sua tropa em Luanda e nas outras cidades.

Perdidas as eleições pela UNITA, a força das armas volta a sobrepor-se à força das urnas. Paradoxalmente, perante um MPLA vencedor mas avisadamente inactivo, é Savimbi quem, após a contagem dos votos, e embora incapaz de provar as suas alegações de fraude, está a ditar as regras pelas quais se rege Angola. Apesar de uma postura de criança ofendida que leva a bola para casa, de fazer perder a paciência a um monge budista, o líder da oposição angolana concentra os olhares de todos os mediado-

res e políticos estrangeiros, que lhe prodigalizam atenções só devidas a um imperador.

ESTA deferência compreende-se quando se sabe que Savimbi tem atrás de si 40 por cento da população e uma temível força militar que se transformou de guerrilha em exército. Mas traír o espírito que presidiu, com a aceitação de todas as partes envolvidas, à elaboração da plataforma de Bicesse — ou seja, o princípio «um homem, um voto» e o governo da maioria — seria uma cedência inadmissível e um recuo de consequências catastróficas para o continente africano.

Tal era, porém, a intenção do Governo de Pretória, através do seu enviado «Pik» Botha. O ministro sul-africano dos Negócios Estrangeiros quis encontrar em Angola a saída para não ceder o poder no seu país à maioria negra, fazendo tábua rasa das eleições e advogando uma solução «à africana» (leia-se: não democrática).

Outras potências estrangeiras se estão, aliás, a distanciar das suas responsabilidades. Os Estados Unidos, embora declarando formalmente o reconhecimento do resultado eleitoral, pouco ou nenhum empenhamento tiveram em persuadir o seu aliado de longos anos, Jonas Savimbi, a aceitar as regras do jogo democrático que se desenrolou em Angola.

PORTUGAL não pode, no entanto, ficar isolado na defesa de Bicesse — que é ainda o único quadro aceitável para a resolução da crise angolana. É certo que a paz é cada vez mais frágil, mas não é menos verdade que só a continuação do envolvimento e pressão da ONU e das potências observadoras neste processo — que deu os bons frutos colhidos com a abertura das urnas e é respeitado pelas forças políticas locais — poderá fornecer garantias para evitar um novo desencadeamento da guerra civil e uma provável balcanização de Angola.

J.V.

A capital de Savimbi

QUANDO os representantes dos EUA, Rússia e Portugal aterraram, na quarta-feira, ao princípio da tarde, no aeroporto do Huambo, os homens da UNITA tinham bem à vista todos os sinais de que ali era terra conquistada ao poder de Estado do MPLA: ex-guerrilheiros em uniforme verde oliva patrulhavam a pista e espalhavam-se pela estrada até ao centro da cidade. Ai, cartazes com a fotografia de Savimbi e bandeiras com o galo negro enchiam as paredes dos decrepitos edifícios, naquela que Norton de Matos um dia soube tornar a capital de Angola e, hoje, não passa de um aglomerado de casas e ruas, sem o bulício próprio de uma cidade de

meio milhão de habitantes, a segunda maior do país.

«Benvidos à nossa cidade», ouviu a enviada da Reuter, Judith Matloff, da boca de um oficial superior da UNITA que abria caminho aos visitantes até a um carro bem escoltado. Como em 1975, depois da expulsão de Luanda, a antiga Nova Lisboa transformou-se na capital de Savimbi. Homens com espingardas de assalto e lança-granadas alinhavam-se ao longo das ruas esburacadas e sujas da cidade-mártir da guerra civil, mal deixando espaço aos nervosos soldados e polícias governamentais para montarem segurança em volta do palácio do governador da província.

Numa enorme casa bran-

ca

ca de estilo neocolonial,

transformada em quartel-general do movimento, Jonas Savimbi continua a receber os grandes da política africana a sul do Sara. É dali, informa a jornalista da Reuter, que ele controla vastas áreas da vizinha província do Bié e de Saurimo, nas zonas ricas em diamantes do Nordeste, onde a UNITA substituiu efectivamente a administração governamental.

«Estão a caminhar para as cidades, coisas que nunca fizeram durante a guerra civil», disse um analista militar, que acha que o partido de Savimbi está também a tentar garantir as estradas de acesso a Luanda. A UNITA dispõe de, pelo menos, 35 mil homens facilmente mobilizáveis no Centro e Sul do país e muitos milhares de militares bem armados e treinados na capital, disseram analistas militares a esta agência noticiosa. ■

FRANÇO

Savimbi na segunda volta contra querer da UNITA

O PRESIDENTE da UNITA, Jonas Savimbi, disse ontem que aceita a segunda volta das eleições presidenciais contra a vontade do seu partido. Savimbi falou no Huambo no fim de um encontro com a missão tripartidista dos observadores do processo de paz em Angola (ver pág. 14), a quem deu garantias de flexibilidade: «Uma das coisas que os observadores me disseram é que devia haver mais flexibilidade. Eu vou ser mais flexível». A chegada a Luanda, ao princípio da noite, o secretário de Estado português dos Negócios Estrangeiros, Durão Barroso, transmitiu o tom das declarações que pronunciara depois do encontro que teve de manhã com o Presidente da República angolano: «A situação é crítica, mas cremos que vamos a atingir o que é possível: uma solução da crise através do diálogo entre as partes», disse Durão Barroso poucos horas antes de regressar a Lisboa. A vontade do diálogo tinha sido equacionada por Savimbi, que disse ser possível o encontro com José Eduardo dos Santos, «dentro de algumas dias».

António Martins, em Luanda

ca

ca de estilo neocolonial,

A 'guerra não declarada'

Henrique Montelro enviado e Gustavo Costa correspondente em LUANDA

DESPERADO encontro entre José Eduardo dos Santos e Jonas Savimbi, que constitui a última esperança de resolução da crise angolana, não se deverá realizar antes do fim da próxima semana. Esta reunião parece ser, aliás, a única coisa em que as duas partes estão de acordo, depois de se terem iniciado na quinta-feira conversações entre o Governo e a UNITA com vista ao estabelecimento de uma agenda e de alguns princípios orientadores da cimeira.

A resolução da crise pós-eleitoral de Angola está agora nas mãos dos próprios angolanos. A «troika» de observadores (americanos, russos e portugueses), bem como os sul-africanos, já tem poucas esperanças de poder influenciar decisivamente o processo. Herman Cohen e Durão Barroso, que esta semana estiveram em Luanda com Eduardo dos Santos e no Huambo com Jonas Savimbi, deixaram Angola com pouco optimismo e muitos receios. «Pik» Botha também não levou na bagagem algo que possa considerar positivo.

A última semana foi, no entanto, marcada por novas estratégias de ambas as partes. Savimbi, depois de receber a «troika», prometeu que ia seguir o conselho de ser «mais flexível». Ao contrário, do lado governamental, são já muitas as vozes que dizem que a situação é insustentável e que não podem continuar a «ceder à chantagem de Savimbi».

A comunicação social (totalmente controlada pelo Governo) tem feito eco, nos últimos dias, de inúmeras manobras militares da UNITA, um pouco por todo o território do país. De acordo com o «Jornal de Angola», aquele movimento já teria tomado diversos municípios nas províncias do Uíge, Malange, Huambo e Moxico, além de, no Bié, estar a controlar todas as localidades, à excepção da capital, Kuito.

Segundo fontes governamentais angolanas, a situação actual é de «guerra não declarada», a qual viola todos os princípios acordados em Bicesse. Embora a UNITA não desminta em absoluto essas movimentações (quase sempre acompanhadas de violência, incluindo assassínios, sobre os delegados do Governo e militares ligados ao MPLA), afirma que há muito exagero nas notícias. O partido do «galo negro» prefere considerar esses actos

«movimentos populares espontâneos».

Nos dois lados ouvem-se vozes contra a validade dos acordos de Bicesse. Entre a UNITA, porque os dirigentes acreditam que a desmilitarização do seu movimento (prevista no Estoril) seria equivalente à «prisão e morte em massa» dos seus quadros. Entre o MPLA, porque há quem diga que a falta de iniciativa militar pode ser responsável pela entrega do país à UNITA.

Entretanto, a Conferência Episcopal — talvez uma das raras vozes independentes de Angola — fez, na quinta-feira, através do cardeal de Luanda, D. Alexandre Nascimento, um apelo ao cumprimento dos acordos de Bicesse.

«Esta é a última oportunidade de paz», afirmava um dirigente da UNITA que integra a comissão que negocia com o Governo a agenda do encontro entre Eduardo dos Santos e Savimbi. No entanto, aquilo que há a negociar dificilmente resultará num acordo.

Do lado do Governo, a desmilitarização da UNITA tornou-se no ponto mais importante a negociar. Mas o movimento de Savimbi só accede no caso de poder participar no controlo dos Ministérios do Interior e da Informação.

Angola tornou-se num estranho país, onde em poucas horas um exército substituiu outro no mesmo local, consoante a cor política da personalidade a quem é preciso fazer segurança.

Em frente à sede da CCPM, onde se têm reunido os dois partidos, coexistem lado a lado polícias e soldados das FALA, todos fortemente armados. Situação que levou um diplomata a afirmar que, igual, «só na Somália».

Um país paralisado

Enquanto se aguarda um desenlace das negociações entre a UNITA e o Governo, Angola está praticamente paralisada. Os hotéis e restaurantes registam taxas muito baixas de ocupação, a maioria dos investimentos foram adiados e muitos abastecimentos às províncias (nomeadamente àquelas onde a UNITA ganhou) deixaram de ser feitos, pelo menos parcialmente.

As escolas ainda não abriram e a maior parte dos trabalhadores abandona os seus empregos mais cedo, evitando circular depois das 18h30. O nervosismo é de tal modo que se conhecem casos de pessoas assassinadas por amigos a quem foram bater à porta de casa durante a noite. E na terça-feira, menos de uma hora depois de a «troika» ter abandonado o Huambo, a tensão subiu ainda mais depois de terem sido assassinados naquela cidade um conhecido escritor e cientista angolano de origem europeia, Fernando Marcelino, e dois familiares seus. O crime, atribuído a soldados da UNITA (mas desmentido pelo movimento), foi entendido como uma ameaça séria ao MPLA, de que Marcelino era apoiante.

A administração está paralisada, à espera da segunda volta das eleições presidenciais. É que, de acordo com a lei, deverá ser o Presidente a dar posse à Assembleia Nacional e esta ao Governo.

Portugal acusa Botha de 'má-fé' em Angola

UMA FONTE diplomática portuguesa qualificada, em declarações prestadas ontem ao EXPRESSO, acusou o ministro sul-africano dos Negócios Estrangeiros, Roelof «Pik» Botha, de estar a fazer em Angola uma jogada de «má-fé absoluta», ao tentar apresentar um plano que contraria os acordos de Bicesse. «Pik» Botha deslocou-se três vezes a Angola nas últimas duas semanas para apresentar uma proposta de solução da crise política pós-eleitoral, tendo-se encontrado esta semana com Durão Barroso em Luanda.

De acordo com a referida fonte, o diálogo com o secretário de Estado português da Cooperação «teve momentos de grande tensão», por Botha propor uma saída que tinha em conta a especificidade tribal de Angola que tornaria obsoleta a plataforma alcançada no ano passado em Bicesse (ver caderno Internacional). «A própria UNITA não percebia o que Botha estava a fazer e Jonas Savimbi distanciou-se, dizendo que ele andava sobretudo a defender os interesses de Pretória, que não eram os seus», disse a fonte diplomática, que concluiu: «Além disso, ele bebe demasiado, está desequilibrado.»

Botha apresentou a Eduardo dos Santos um documento que previa a constituição de um Conselho de Estado com poderes

acrescidos, do qual fariam parte o próprio Presidente e Savimbi. O poder central e regional seria partilhado tendo em conta as diversas etnias. Esta tese foi considerada por colaboradores de Eduardo dos Santos como uma tentativa de ensaiar em Angola uma solução para os brancos sul-africanos.

Entretanto, ontem em Lisboa, discursando nas cerimónias do dia das Nações Unidas, Durão Barroso referiu-se a Angola como o único caso, em dezenas de intervenções da ONU, onde um plano de democratização apadrinhado pelo Palácio de Vidro não é respeitado, defendendo como saída o cumprimento dos acordos de Bicesse.

'Solução africana'

FALAVA-SE já há dias numa proposta — de que o ministro sul-africano «Pik» Botha se apresentou como palestrante — no sentido de fazer sair Angola da crise pós-eleitoral através de uma «solução africana». O enviado especial do «Diário de Notícias», Ferreira Fernandes, que teve acesso ao essencial de um documento de seis páginas entregues por Botha a Eduardo dos Santos revelou agora os seus contornos. Tese: em África as questões políticas não podem ser resolvidas só pela via eleitoral, pois quem ganha tende a perpetuar-se no poder, subjugando o vencido. Saída: a partilha do poder a todos os níveis, e um conselho de estado com Dos Santos e Savimbi lado a lado. «Se a solução funcionasse em Angola», concluiu o enviado do «DN», «Pretória podia vendê-la melhor ao ANC»...

FERRER FERREIRA, DO DIÁRIO DE NOTÍCIAS

6 Solução pós-eleitoral adiada em Angola

EXPRESSO, SÁBADO 24 DE OUTUBRO DE 1992

O projectado mas sucessivamente adiado encontro entre Jonas Savimbi e o Presidente José Eduardo dos Santos está a suscitar novas provas de força em Angola, enquanto novos atentados à bomba em Luanda fazem subir ainda mais a tensão

Henrique Monteiro enviado a LUANDA

A DIVISÃO entre um Jonas Savimbi moderado e procurando a paz e uma UNITA radical (ver texto ao lado) que, para impedir a guerra, apenas aceita a anulação pura e simples de eleições internacionalmente verificadas, é uma tese muito pouco credível — porque se conhece o modo como o líder do «Galo Negro» sempre dominou o seu partido e a obediência cega com que sempre foi seguido.

Nas conversas particulares que diversos jornalistas têm tido com inúmeros responsáveis da UNITA não existem quaisquer reflexos de divisões ou dissensões internas. Nas conversas que o próprio Savimbi mantém com observadores internacionais e diplomatas não perpassa a mínima ideia de facções ou opiniões diferentes.

«A UNITA tem de facto alguns dirigentes radicais, mas Savimbi controla muito bem o seu movimento. A única verdade no meio disto tudo é que ele sabe melhor do que ninguém o que significam as pressões internacionais que têm sido feitas sobre a UNITA», afirmava ao EXPRESSO um diplomata ligado ao processo. Para o mesmo observador, esta pode ser uma forma de aquele se justificar perante os seus antigos parceiros, nomeadamente os sul-africanos e os norte-americanos.

O chefe da UNITA já recebeu, na verdade, diversos avisos. Dos portugueses, o que não constituiria surpresa, mas sobretudo de Pretória e de Washington. Pik Botha terá mesmo dado a Savimbi o que diplomatas consideraram um «valente puxão de orelhas», enquanto o próprio presidente dos EUA, George Bush, lhe escreveu uma carta considerada «muito dura». Também o Conselho de Segurança da ONU aprovou, na passada segunda-feira, uma resolução em que dá carta branca ao secretário-geral para agir da forma que achar melhor em relação à crise angolana, o que diversas fontes diplomáticas em Luanda entendem como abrindo a possibilidade do envio de capacetes azuis.

Outro dos objectivos de Jonas Savimbi ao pretender que existem divergências entre a sua opinião e a do colectivo da UNITA liga-se, obviamente, ao seu desejo de aparecer, numa eventual segunda volta, como um moderado. Ao colocar o seu peso político de «homem isolado» num prato da balança, contra o peso de toda a UNITA, surge como o maior sacrifício em prol da paz. A acreditar neste cenário, Savimbi, apesar das fraudes eleitorais, apesar do que lhe exige o seu partido, apesar do que lhe pedem os seus militares, arrisca a sua carreira de líder político e de líder guerrilheiro apenas a troco da paz. Ele seria, assim, não a «A Chave para África» (o título da sua

biografia oficial) mas, pelo menos, a chave para Angola. Do facto de ele conseguir impor, ou não, a sua opinião moderada à UNITA dependeria a paz.

Por último, esta imagem de divisão entre a UNITA e o líder permite-lhe utilizar qualquer saída para a situação angolana. No caso de se chegar à segunda volta sem sobressaltos de maior, estaríamos perante a prevalência de Savimbi sobre a UNITA. Caso contrário, os radicais da UNITA teriam convencido o seu presidente. Além do mais, esta tese muito pouco provável converte aquele partido — conhecido pelo modo violento como resolveu algumas questões in-

ternas já depois do acordo de paz — num partido aparentemente aberto, onde a opinião do líder pode ser posta em causa.

Enquanto a UNITA tenta fazer passar a tese da sua própria divisão interna, a procura de uma solução para a crise pós-eleitoral em Angola continua a ser sucessivamente adiada. O encontro entre José Eduardo dos Santos e Jonas Savimbi, previsto para a passada segunda-feira, foi anulado, apesar de nesse dia terem chegado a Luanda Pik Botha, Durão Barroso e Herman Cohen, além do russo Karasin, que, apesar de fazer parte da tróica que acompanha o processo angolano, já não tem sobre ele qualquer influência.

Botha permaneceu cinco horas no aeroporto à espera que Savimbi chegasse do Huambo, enquanto os diplomatas português, americano e russo faziam contactos na cidade. Ilustrando a rivalidade entre sul-africanos, por um lado, e americanos e portugueses, por outro, na disputa do principal papel na moderação da crise angolana, mais acesa do que nunca durante esta semana, Botha chegou a apresentar um plano alternativo ao quadro previsto nos acordos de Bicesse, dando a entender que a crise deve ser resolvida entre africanos.

A razão para a ausência de Savimbi ter-se-á ficado a dever ao facto de a Presidência angolana ter desmarcado o encontro à última da hora, por este não ter agenda. A verdade é que as duas partes parecem ter chegado a um acordo no sentido de ganhar tempo, cri-

ando uma comissão conjunta para analisar a agenda do encontro entre os dois líderes, que não tem agora data marcada.

Esta comissão conjunta terá ainda duas subcomissões, uma para analisar as questões políticas e outra, as questões militares.

Curiosamente, para esta última foi nomeado, pelo lado da UNITA, um dos militares por quem Savimbi diz estar a ser pressionado: o general das

FALA (ex-chefe das FAA) Ariando Chenda Pena, «Ben-Ben».

As questões militares parecem ser, aliás, as mais difíceis de discutir. O Governo pretende a desmilitarização da UNITA (que, por exemplo, em Luanda, mantém um autêntico exército privado, além de ter tomado algumas localidades no interior do país e de dominar outras) e o regresso dos seus militares às Forças Armadas de Angola; a UNITA quer que a polícia antimotim, os «ninjas», seja controlada.

Quanto às questões políticas, as coisas não parecem mais fáceis. O Governo pretende-se legitimado, recusando um governo de coligação e entendendo que um governo de unidade nacional significa a possibilidade de o MPLA (vencedor das eleições) convidar personalidades de outros partidos a integrar o seu executivo. Além disso, exige quer a extensão da administração do Estado aos territórios controlados pela UNITA (basicamente, as províncias onde o movimento de Jonas Savimbi teve a maioria), às quais já começou a cortar abastecimento de combustíveis e bens alimentares, quer a livre circulação de pessoas e bens. «Sem isto não há segunda volta.» Neste ponto, os dirigentes governamentais são claros.

Quanto à UNITA, exige um maior controlo do processo eleitoral — o que parece estar assegurado —, a possibilidade de aceder aos órgãos de comunicação social (televisão e rádio nacional) — o que até agora lhe foi negado — e a independência do Ministério do Interior, o que não será nada fácil de obter.

A comissão tripartida, formada pelos portugueses, americanos e russos, deixou, entretanto, bem claro que o processo está agora nas mãos dos próprios angolanos. A ilustrar isso mesmo, quando perguntámos a um observador da CCPM o que iria fazer enquanto se espera o encontro dos dois líderes, ele respondeu de forma significativa: «Talvez vá à praia.»

O medo tomou conta dos angolanos

António Matos,
em Luanda

Os apelos à paz e à unidade nacional multiplicam-se em Angola. Depois da Igreja Católica, foi o Conselho das Igrejas Cristãs e a Associação Evangélica. Isto enquanto generais e políticos do Governo e da UNITA discutem saídas para a crise num derradeiro esforço de paz, quando o medo já tomou conta dos angolanos.

A Igreja Católica angolana lançou na quinta-feira um apelo às duas partes do conflito para que encontrem uma saída pacífica, sem dividir o país. Numa carta pastoral dedicada à crise político-militar, lida pelo cardeal Alexandre do Nascimento, os bispos de Angola criticam duramente os políticos pela situação em que se encontra o país e advertem para os riscos da divisão do país, considerada "uma violação dos direitos humanos e um atentado contra a unidade da Pátria" (ver caixa).

Sobre a posição da Igreja Católica quanto à unidade nacional tinham sido levantadas dúvidas na sequência de declarações de Jonas Savimbi. O líder da UNITA afirmara, em conferência de imprensa no Huambo, que alguns responsáveis da hierarquia católica preconizavam a divisão Norte-Sul do país como solução para a crise angolana. O bispo do Huambo, Francisco Viti, apressou-se a desmentir aquela interpretação de palavras suas e, na introdução à carta pastoral de quinta-feira, o cardeal de Luanda disse que a defesa da integridade das fronteiras de Angola pela Igreja Católica ficara expressa durante a visita do Papa, em Junho passado: "Não foi sem intenção bem determinada o facto de a primeira missa rezada pelo Papa em terra de Angola, tenha sido lá — onde foi (no Huambo)".

Aos apelos da Igreja Católica juntaram-se os de outras congregações religiosas. O Conselho das Igrejas Cristãs de Angola desafiaram o MPLA e a UNITA a entenderem-se em torno de um Governo de salvação nacional e a Associação Evangélica apelou a que não houvesse recurso às armas para solucionar a crise angolana.

As negociações para a solução pacífica do conflito aberto



O cardeal de Luanda, entre militares das novas Forças Armadas Angolanas

em torno dos resultados eleitorais — recusados pela UNITA sob alegação de fraude generalizada — prosseguiram ontem. O lentíssimo ritmo das conversações, em que intervêm generais e responsáveis do Governo e da UNITA, tem impedido obter resultados até agora. O MPLA, partido no poder, exige como

atitude prévia a qualquer acordo o regresso às fileiras das novas forças armadas unificadas (FAA) dos 11 generais da UNITA e a desmilitarização deste partido. Questão sobre a qual os bispos católicos tomam posição: "A existência de partidos armados é um círculo quadrado em democracia. Uma contradição.

As promessas de paz e apego às armas parecem-nos coisas simplesmente inconciliáveis", lê-se na carta pastoral.

A UNITA por seu lado, contrapõe a estas exigências a extinção da polícia anti-motim: "Um FALA (soldado da UNITA), um 'ninja'", resume ao PÚBLICO um general da UNITA. Colocada nestes termos a questão, o entendimento não parece possível.

Noutros domínios, apesar de tudo, é de admitir alguma evolução. Nomeadamente quanto à intervenção reclamada pela UNITA nos órgãos de comunicação social estatais e à sua participação em ministérios-chave do próximo Governo, nomeadamente nos que tutelam a polícia e a administração do território.

Olhar à esquerda e à direita

O MPLA — a cuja voz se juntaram as de pequenos partidos com representação parlamentar como o PLD, o PRS e o PA-JOCA — exige a imediata entrada em funcionamen-

to da Assembleia Nacional e subsequente formação do novo Governo, no quadro dos resultados eleitorais. Quanto a estes propósitos, vários dirigentes da UNITA foram taxativos em declarações ao PÚBLICO: "Nunca tomaremos posse nesse parlamento e se entrarem por aí as coisas vão piorar".

A Imprensa governamental continua entretanto a dar notícia da ocupação de diversos municípios no Bié, por forças da UNITA, continuando a falar-se na iminência dum ataque contra a capital, Kuito. (Em Luanda, diplomatas sul-africanos citados pela Reuter confirmaram as informações oficiais de que a UNITA mantém um forte dispositivo armado, cerca de 7.000 homens, em posições estratégicas, nas imediações de Luanda).

Esta situação mantém as pessoas num tal clima de tensão, que em muitos casos já degenerou em medo. Para saírem à rua, os luandenses instintivamente repetem os gestos do automobilista que chega a um cruzamento — olham à direita e à esquerda. Mais significativa é, porém, a dramática história contada ontem no "Jornal de Angola". Em Viana, cidade satélite de Luanda, um homem, movido pelo pânico, disparou mortalmente sobre um amigo que lhe bateu à porta às quatro da manhã de quinta-feira e tardou em identificar-se. "Da forma que a situação está, só dava para fazer isto", disse. ■

As frases dos bispos

"DESDE 31 de Maio de 1991 até Setembro de 1992 decorreram 16 meses de felicidade para o povo angolano, como já quase não havia memória. [...] Foi o milagre de Bicesse. [...] De repente, esta felicidade transformou-se em pânico. [...] O povo começa a sentir-se frustrado por elas porque as armas o ameaçam de novo. E vai repetindo o cenário da guerra: deixa suas casas e aldeias, abandona comunas e municípios, e regressa às matas à procura de refúgio".

"Para dar solução às eventuais ilegalidades ou fraudes [...] não podem faltar ao processo os necessários mecanismos jurídicos. E mediante estes e não por meios violentos que devam ser resolvidos os problemas políticos".

"O retorno ao espírito e à letra de Bicesse parece-nos ser a via obrigatória para ultrapassar a crise política que traz suspensão a respiração dos angolanos. Importa que as partes signatárias sejam fiéis à sua palavra para mostrarem a sua honradez política à nação e ao mundo".

"A existência de partidos armados são um círculo quadrado em democracia. Uma contradição. As promessas de paz e o apego às armas parecem-nos coisas simplesmente inconciliáveis".

"Um grupo étnico tem pleno direito a viver em qualquer zona do seu país, mesmo habitada por outra etnia. [...] Uma reacção que levasse um grupo étnico a abandonar a província de outra etnia para fugir a represálias constituiria uma violação dos direitos humanos e um atentado contra a unidade da pátria, infracções estas que nenhum governo constituído pode abandonar".

"Chegam-nos notícias alarmantes sobre os sofrimentos do povo de Cabinda por causa da guerra que lá continua. Multiplicam-se as chacinas de inocentes [...]. Parece uma campanha de terra queimada. [...] A única via digna do homem para resolver o caso de Cabinda é o diálogo". ■

Confusão em Angola atrai negócios escuros

O QUE é que atrai um homem de negócios estrangeiro a uma capital fumegante, com assaltantes armados por todo o lado e um povo mentalizado para a guerra civil? "Logo que ouvi dizer que havia eleições, pensei: 'Ei, ali há negócio.' Quando há escassez e instabilidade, os lucros são de 100 por cento — mais", diz ele.

Este comerciante da África Ocidental que acaba de descarregar dezenas de contentores de comida e roupas no porto de Luanda não deve ser bem o tipo de pessoa com quem se pensa que de bom grado se faria negócios. Nem Luanda é um destino aconselhável para esse fim.

A crise política angolana desencadeada pelas eleições do mês passado deve ter afugentado muitos investidores estrangeiros que esperavam obter bons lucros com as riquezas naturais do país. Mas os contrabandistas, os especuladores e os caçadores de fortuna sem escrúpulos prosperam à custa das incertezas e do medo de que se reacenda a guerra civil.

Ao mesmo tempo que os observadores das Nações Unidas e os militares de alta patente, de expressão preocupada, atravessam apressadamente os átrios dos hotéis de Luanda, a caminho de reuniões em que tentam evitar a guerra, homens ostentando joalharia de ouro cintilante agrupam-se pelos cantos a tratar de negócios. Diamantes, droga, e marfim são os produtos que lhes interessam e aproveitam a corrupção e a confusão para conseguir lucros chorudos.

"Isto ainda é melhor do que os motins no Zaire", declara um homem originário do Médio Oriente, que se dirigia para norte, em direcção às minas ilegais de diamantes de Lunda Norte. "Onde houver sarilho, há dinheiro para fazer." E os sócios dele no "import-export" meneiam a cabeça em assentimento. "Os riscos são elevados, mas há menos controlo", acrescenta o comerciante africano dos contentores.

Angola, mesmo nos melhores tempos, é terra de violência, onde as leis são torneadas à vista de um suborno. No porto de Luanda, à noite, ressoam os

PÚBLICO SABADO, 24 OUTUBRO 1992
tiros quando assaltantes tentam romper a segurança para chegar aos carregamentos. O porto tem assistido a um aumento do tráfico de droga entre as Américas e a Europa, dizem diplomatas.

A liberdade de movimentos, possível desde Maio de 1991, quando terminou a guerra civil que durava há 16 anos, entre os rebeldes da UNITA e o MPLA, impulsionou a extração e a venda ilícitas de diamantes, que estão a roubar um tesouro de milhões de dólares de rendimento.

Mas, para quem queira dedicar-se ao comércio honesto, Angola pode ser um pesadelo, devido à pesada burocracia do Estado, à corrupção, e à incerteza política.

"Houve ladrões que saquearam as nossas encomendas de canetas e uniformes", conta um gerente de hotel. "Não pode imaginar como é difícil fazer negócio aqui. Tudo tem de ser importado e nunca se está seguro até se ter o produto nas mãos."

Um homem que explica que mandou vir carregamentos de refrigerantes Fanta, sapatos de ténis e pilhas, no valor de dois milhões de dólares (perto de 270 mil contos), mesmo antes das eleições, resolveu vender a sua mercadoria no próprio barco e mal pôde esperar para deixar o país.

Houve grandes esperanças de que a economia arruinada pela guerra começasse a recuperar a seguir às eleições multipartidárias de 29 e 30 de Setembro, que visavam sanar as feridas do conflito. Empresários estrangeiros vieram em bando para Angola desde o acordo de paz de Maio de 1991, interessados no petróleo do país e no potencial agrícola e mineral, que os economistas dizem que podem transformar este num dos países mais ricos de África.

Mas muitos desses investidores têm-se retraído, à espera de ver o resultado das eleições. Há pouca probabilidade de que se vão meter na confusão criada desde que a UNITA discordou dos resultados provisórios e ameaçou com a guerra. ■

Judith Melloff, da Reuter,
em Luanda

PÚBLICO SEQUINA-FEIRA, 23 OUTUBRO 1992

ONU pede reconciliação angolana

AS FORÇAS militares angolanas deverão cessar qualquer movimento ofensivo e manter-se nas suas áreas de localização, segundo foi definido pelas comissões político-militares que preparam o tão desejado encontro entre o Presidente José Eduardo dos Santos e o líder da UNITA, Jonas Savimbi.

A decisão foi anunciada pelo vice-ministro dos Negócios Estrangeiros, Venâncio de Moura, membro da Comissão Política envolvida nos preparativos da reunião que poderá tomar decisões quanto a uma segunda volta das presidenciais, já quase um mês decorrido sobre a primeira.

Os membros das comissões declararam-se preocupados com a situação tensa que se vive um pouco por todo o território da vasta Angola, decidindo que é preciso conter o degradar da situação militar.

Enquanto isto, a representante especial do secretário-geral das Nações Unidas pediu que os angolanos não desespere e que acabem com "o ciclo de ódio e vingança que já lhes causou demasiado sofrimento".

Margaret Anstee, britânica, incitou os angolanos a terem fé e esperança na paz e na estabilidade, "com vista à harmonia e à reconciliação conducentes a uma era nova e melhor".

A delegada de Butros-Ghali lembrou haver um limite para o que os estrangeiros podem fazer para ajudar a resolver o actual momento político angolano, pois que só os próprios naturais de Angola é que podem, num trabalho conjunto, encontrar a melhor solução para os problemas do país.

Por seu turno, o representante da Organização de Unidade Africana (OUA) no presente processo eleitoral, que é o embaixador de Cabo Verde em Lisboa, Eugénio Inocêncio, disse à Rádio Nacional de Angola que a África se deveria envolver mais na situação angolana.

A instabilidade político-militar das últimas semanas tem sido particularmente notada nas províncias de Bié, Huambo, Uíge e Malange, mas todo o país parece paralisado, enquanto aguarda que José Eduardo dos Santos e Savimbi se entendam, a fim de evitar nova guerra. ■

Mercúrio e diamantes

A RÁDIO Vorgan, da UNITA, acusou ontem a representante da ONU no processo de paz, Margaret Anstee, de ter sido comprada pelo MPLA "com mercúrio e diamantes" — os dois produtos minerais cuja traficância é mais disputada em Angola. Anstee proclamou, o fim de semana passado, o carácter "ivre e justo" das eleições, que a UNITA considera fraudulentas. Enquanto isto, no Huambo, o secretário para a Informação, Jorge Valentim, dizia em comunicado que o assassinato do agrónomo Fernando Franco Marcolino, atribuído por familiares e amigos a elementos da UNITA (ver PÚBLICO de ontem), foi "orquestrado" pelo MPLA para "denegrir o prestígio político e moral da UNITA" e colocar "a crise angolana numa perspectiva baixa de luta tribal e racista, já que as famílias são de origem portuguesa". Em Luanda, por seu lado, o general "Ben-Ben" desmentiu acusações das autoridades governamentais sobre a movimentação de tropas para a tomada de várias províncias do país (ver texto ao lado). "Quando há uma demonstração popular eles dizem que são tropas, e isso não é verdade", declarou "Ben-Ben", à entrada para a reunião preparatória da cimeira entre Dos Santos e Savimbi. ■

PÚBLICO
SEXTA-FEIRA, 23 OUTUBRO 1992

CE apoia segunda volta

A COMUNIDADE Europeia afirmou esperar que a segunda volta das eleições presidenciais angolanas ocorra "em paz e sem ameaças ou intimidações de quem quer que seja". A declaração, assinada pela Grã-Bretanha, diz que os resultados das eleições de Setembro foram considerados livres e justos pela ONU e apela a todas as partes para que "respeitem a escolha do povo angolano". ■

Renamo ocupa vila de Angoche

Tercer Luma
em Maputo

A Renamo, numa acção descrita como a primeira grande violação do cessar-fogo que entrou em vigor na semana passada, ocupou no domingo a vila costeira de Angoche, na província setentrional de Nampula, denunciando ontem o governador local, Alfredo Gamito.

Guerrilheiros da Renamo, especificou o responsável da província, tentaram primeiro romper a linha defensiva do Exército governamental, a cerca de cinco quilómetros da vila, mas foram repellidos após seis horas de combate, na manhã de domingo. O primeiro ataque, que teria sido muito violento, pôs a população em fuga para as praias da vila e ilhas adjacentes.

rara persuadir a população a regressar, a Renamo contactou um funcionário do Comité Internacional da Cruz Vermelha e uma equipa da organização francesa Médicos Sem Fronteiras, que trabalhavam na região, noticiou a Rádio de Moçambique.

No assalto final a Angoche — terceiro ponto urbano e estratégico da província de Nampula —, a Renamo utilizou forças da base de Mutusute, a 35 quilómetros da vila, e contingentes de outros dois postos administrativos ocupados pela organização rebelde. Desconhecem-se ainda as perdas humanas e materiais.

No domingo, o representante da Renamo em Maputo, Anselmo Vitor, tinha desmentido o ataque a Angoche. Contactado ontem pelo PÚBLICO, o brigadeiro Malaguetta, um outro elemento da Renamo na Comissão de Verificação do Acordo Parcial de Roma, disse não ter comentários a fazer, acrescentando que Anselmo Vitor se tinha deslocado ao quartel-general na Gorongosa.

Um funcionário da Comissão de Verificação das Nações Unidas, recentemente chegado à capital moçambicana, recusou-se igualmente a informar o PÚBLICO sobre a existência de uma queixa oficial do incidente por parte do Governo moçambicano. Contudo, Armando Guebuza, representante do Executivo, revelou que este já notificou a ONU sobre o caso.

Aldo Ajello, o representante interino do secretário-geral da ONU em Moçambique e chefe da Comissão de Verificação do Acordo Geral de Paz, encontra-se presen-

temente em Maringué, na Gorongosa, para um encontro com Afonso Dhlakama, depois de ter conferenciado no domingo, em Maputo, com o Presidente Joaquim Chissano.

Ainda hoje são esperados na capital moçambicana Raul Domingos, que chefiou a delegação da Renamo às conversações de Roma e que representará agora o movimento na Comissão de Supervisão e Controlo (CSC), e Mateus Ngonhamo, um major-general da Renamo ligado à contra-espionagem militar e que ficará à frente da Comissão de Cessar-Fogo (CCF). Pela parte do Governo foi designado para esta comissão o brigadeiro Aleixo Malunga e para a CSC o comandante do Exército, general Tobias Dai. Armando Guebuza representará o Governo na Comissão de Verificação do Acordo Geral de Paz.

Ambiente de distensão

Na sexta-feira passada, a Renamo emitiu um comunicado acusando as tropas governamentais de violarem o cessar-fogo, ao "reocuparem" várias localidades em três províncias do país, nomeadamente Nampula, Zambézia e Tete. Não especificando em que data se verificou tal violação, a Renamo ameaçou atacar as posições alegadamente reocupadas, se estas não fossem abandonadas até sábado. Foi impossível apurar, por problemas de comunicação, se a ameaça veio a concretizar-se.

Estes dois incidentes contrastam com o ambiente de distensão que se estava a viver nos últimos dias, e que era igualmente partilhado por comandantes da Renamo. Em Sussudenga, na província central de Manica, seis comandantes da Renamo teriam contactado o administrador distrital pedindo ajuda alimentar, o que provocou um movimento de solidariedade da população, particularmente para assistência aos habitantes carenciados nas zonas controladas pela organização de Dhlakama.

Existem outras informações dando conta de vários casos em que elementos da Renamo têm interceptado pacificamente colunas de viaturas para solicitar alimentos. ■

Noto revés para o cessar-fogo em Moçambique

Renamo ocupa terceira cidade

REBELDES da Resistência Nacional Moçambicana (Renamo) ocuparam ontem a sede do distrito de Memba, na costa setentrional de Moçambique, a terceira vila atacada desde a assinatura dos acordos de cessar-fogo, no dia 4, em Roma, pelo Presidente Joaquim Chissano e o líder da guerrilha, Afonso Dhlakama.

Guerrilheiros da Renamo ocuparam no sábado a vila de Maganja da Costa, província da Zambézia, centro do país, segundo informações veiculadas segunda-feira à noite por uma estação de rádio, e domingo a vila de Angoche, na província de Nampula.

O comandante da província da Zambézia, tenente-coronel Marcos Adamo, citado por aquela emissora, disse que um número aproximado de 200 homens da guerrilha moçambicana participou na operação, concluída a qual se entregou a pilhagens de estabelecimentos comerciais e até de um entreposto de socorros.

A Renamo acusara sábado as tropas governamentais de terem ocupado, elas sim, cinco localidades que ela já controlava no dia 4 de Outubro, e ameaçando o Exército moçambicano de represálias se não retirasse os seus soldados. Adamo rejeitou estas acusações afirmando que as localidades referidas estavam já sob a alçada governamental.

Nos termos dos acordos assinados na capital italiana, e formalmente em vigor desde o dia 16, qualquer dos beligerantes está impedido de ocupar novas regiões. Os documentos estipulam que qualquer queixa relativa à violação dos compromissos deverá ser examinada pela Comissão das Nações Unidas encarregada de supervisionar o cumprimento das tréguas. Mas acontece que esta ainda não está operacional pois os seus delegados não chegaram...

Também o acantonamento das forças antagonistas está atrasado. Tropas governamentais e da Renamo deveriam concentrar-se até à meia-noite de ontem em 49 pontos (20 dos quais para a guerrilha) mas ao princípio da tarde não se registavam quaisquer movimentos nesse sentido. De qualquer modo, os 20 observadores chegado a Moçambique seriam manifestamente insuficientes para a vigilância.

A própria delegação da Renamo, chefiada por Raul Domingos, que deveria ter chegado ontem ao Maputo, atrasou-se por falta de alojamentos para os seus 30 elementos. "O Governo prometeu-nos casas mas agora pretende alugar-nos num hotel, coisa com que não concordamos", dis-

se o porta-voz Lourenço Macome à agência Lusa.

Menos dificuldades terá Afonso Dhlakama em visitar a vila de Angoche, ocupada domingo, onde o dirigente tenciona chegar hoje, quarta-feira, segundo uma notícia da Rádio Moçambique. A estação cita uma "fonte não oficial, embora digna de crédito", mas o porta-voz da Renamo em Maputo disse não ter conhecimento de nada.

Os dois únicos sinais de alguma distensão chegaram ontem com as notícias do início da retirada de cinco mil soldados zimbabueanos estacionados em Moçambique, onde entraram há dez anos para proteger, da Renamo, as vias que ligam o Zimbabue ao litoral africano através do território em guerra, e o desbloqueamento de todas as limitações impostas pela Resistência Nacional Moçambicana às operações de ajuda alimentar de urgência às zonas sob o seu controlo mais atingidas pela fome. Esta informação foi confirmada em Maputo pelo delegado da Cruz Vermelha Internacional, Felice Dindo. ■

PÚBLICO - QUINTA-FEIRA, 22 DE OUTUBRO, 1992

Moçambique Governo avisa Renamo

O GOVERNO moçambicano reagiu ontem pela primeira vez à ocupação de pelo menos quatro vilas das regiões Norte e centro do país por forças da Resistência Nacional Moçambicana (Renamo) ocorridas desde sábado, acusando os rebeldes de violarem o acordo de paz assinado no dia 4 e de prosseguirem uma "política deliberada de conquista de territórios e de pontos estratégicos".

Num longo comunicado emitido em Maputo, o Governo do Presidente Joaquim Chissano considera os ataques e subseqüentes ocupações de Maganja da Costa, Angoche, Memba e Lugela como "um verdadeiro desafio ao povo moçambicano e à comunidade internacional", advertindo que assumirá as suas responsabilidades em matéria de protecção das populações locais, e que se reserva o direito de "tomar as medidas que considera as mais apropriadas para pôr fim às violações destes acordos e para os fazer respeitar". O poder central colocou também em estado

Forças governamentais retomam Angoche

Tercio Lusa*
de Maputo

de alerta das suas forças armadas, "a fim de repelir qualquer tentativa de violação dos acordos de paz".

O Governo acusa ainda a organização chefiada por Afonso Dhlakama de recusar o envio dos seus representantes ao Maputo para que se integrem nas diferentes comissões previstas nos compromissos. A Renamo explicara terça-feira que a administração prometera casas aos seus delegados, mas que depois os quis encaminhar para organização criada por Afonso Dhlakama de recusar o envio dos seus representantes ao Maputo para que se integrem nas diferentes comissões previstas nos compromissos. A Renamo explicara terça-feira que a administração prometera casas aos seus delegados, mas que depois os quis encaminhar para hotéis alegando falta de "condições de alojamento".

Para um comentarista do jornal "Notícias" do Maputo, os motivos da escalada militar da Renamo — que vem imputando às forças governamentais a culpa da situação, afirmando que foram estas que violaram os acordos ocupando regiões antes dominadas pelos rebeldes — assenta em desentendimentos internos da guerrilha.

Bonga Júnior explica o recrudescimento das acções militares rebeldes por "uma facção radical que se opõe à ala moderada de Afonso Dhlakama", concluindo que, "quem fica a perder com as últimas ocorrências é, sem dúvida, o líder da Renamo", agora à mercê de "radicais que apostaram na vitória militar" e que se sentem frustrados pela solução pacífica conseguida nos acordos de Roma.

O Governo zimbabueano confirmou entretanto que as suas tropas estacionadas em território moçambicano — estimativas referem dez mil homens — deveriam começar ontem, quarta-feira, a abandonar o país, onde entraram há dez anos com o objectivo de proteger as vias de comunicação entre o Zimbábue e o litoral. ■

A cidade portuária de Angoche, situada na costa da província de Nampula, foi ontem recapturada pelas forças governamentais moçambicanas, provocando a fuga dos militares da Renamo que desde domingo ocupavam esta posição estratégica na costa de Moçambique, soube-se junto de fontes oficiais em Maputo. Não existem ainda muitas informações sobre a queda desta cidade portuária, de importância estratégica, devido às dificuldades das comunicações.

Há dois dias que a situação se mantinha tensa, com os soldados governamentais a apertarem o cerco a Angoche, originando inquietação entre a população, que se refugiou nas ilhas situadas junto à costa. Ontem, o governador de Nampula, Alfredo Gamito, tinha marcado um encontro com um oficial da Renamo, que aparentemente chefiava as forças ocupantes da cidade, numa tentativa para evitar, segundo afirmou à publicação independente "MediaFax", um "ajuste de contas".

Gamito, que revelou ter tomado esta iniciativa antes de qualquer orientação do poder central, tinha já advertido que a população que tinha regressado a Angoche após da ocupação, se mostrava agora bastante inquieta e tinha recomçado a abandonar a cidade. Durante a reocupação pelas tropas do Governo, dois barcos foram afundados durante a fuga desordenada dos habitantes da cidade, desconhecendo-se o número de vítimas.

Também da vila de Maganja da Costa (província da Zambézia), outra sede distrital ocupada pela Renamo no último fim de semana, chegaram notícias através do administrador do distrito, que chegou terça-

feira a Quelimane, a capital provincial, após ter abandonado a região. O administrador relatou ter assistido à formação de barricadas em redor da vila e à fuga da população. Disse ainda que os soldados da Renamo estariam a escolher mulheres entre os habitantes para serem suas "esposas".

O chefe de Estado-Maior do Exército governamental, o general Hama Thai, tinha já sublinhado estar a ser pressionado pelos seus militares para pôr termo às incursões da Renamo, que violavam o cessar-fogo que entrou em vigor no passado dia 15. Os comandantes estão "nervosos", disse aos jornalistas, acrescentando: "Ontem à noite recebi muitos telefonemas dos meus comandantes militares, mas as ordens que dei foi de continuarem a cumprir rigorosamente na letra e no espírito o acordo geral de paz".

No entanto, no resto do país o ambiente é totalmente diferente, com os elementos da Renamo a aproximarem-se das estruturas e populações locais em busca de comida e apoio. Segundo vários testemunhos, dizem que receberam ordens para fazerem a paz e a reconciliação com os restantes moçambicanos.

Renamo desconfia

Uma grande parte destas dificuldades na aplicação dos mecanismos dos acordos de Roma eram previsíveis. Na opinião de diversos observadores em Maputo, as acções militares da Renamo indicam que a organização ainda não confia totalmente nas intenções do Governo. Ao ocupar centros urbanos, o movimento liderado por Dhlakama pretendia salvaguardar a possibilidade de voltar a pegar em armas, caso o processo de paz não conseguisse prevalecer.

Anotam os mesmos observadores que, quer as ordens de ataque e ocupação de postos estratégicos, quer as tentativas

de reconciliação, provêm ambas do quartel-general da Renamo. Uma parte dos seus combatentes vive em condições extremamente precárias nas suas bases e são por isso obrigados a pedir auxílio e solidariedade.

Um artigo publicado ontem pelo jornal "Notícias" de Maputo, levantava também a hipótese da existência de diversas facções internas, descontentes com as vantagens políticas para a organização negociadas em Roma. A actual escalada militar da Renamo poderia assim estar a partir de uma "ala de radicais" que tinha apostado numa vitória militar no conflito moçambicano e que poderia estar insatisfeita com uma solução política negociada. Por tudo isto se aguarda que Afonso Dhlakama, que tem mantido um silêncio total, se pronuncie, enfim, sobre a situação.

Uma delegação da Renamo, composta por 30 elementos e chefiada pelo general Raul Domingos, continua a ser aguardada, desde terça-feira, na capital.

O seu atraso já levou Aldo Ajelio, o representante interino do secretário-geral da ONU em Moçambique, a fazer mais um apelo à Renamo para designar os seus representantes nas diversas comissões previstas no Acordo Geral de Paz, assinado em Roma no passado dia 4. Aldo Ajelio frisou que sem a representação da Renamo o trabalho de fiscalização e controlo das Nações Unidas não pode começar.

A Renamo, por seu lado, continua a apresentar os problemas logísticos, nomeadamente a falta de casas para os seus representantes, como o motivo central da sua ausência em Maputo. O movimento de Dhlakama argumenta que os seus dirigentes pretendem casas decentes. O Governo está a procurar alternativas para a primeira oferta de casas pré-fabricadas, rejeitada pelos representantes de Afonso Dhlakama.

"Para quem se diz irmão e quer uma aproximação com a Renamo, propor casas destas é um verdadeiro insulto", disse, à Lusa, Anselmo Victor, representante da Renamo em Maputo. ■

* com Lusa

Fome afecta escolas de Moçambique...

OS PROFESSORES primários de duas sedes distritais da província de Tete, Marávia e Fingoe, paralisaram as actividades escolares por falta de comida. Os docentes alegam que estão em estado de fraqueza e que precisam de utilizar o tempo para procurar comida, situação que também se estende aos alunos. A fome nestas áreas da província de Tete, onde não chove há cerca de um ano, tende a agravar-se devido à seca e à escassez de alimentos armazenados. Apesar do agravamento das dificuldades alimentares associados à falta de material didáctico, os 475 alunos que frequentam estas escolas obtiveram no primeiro semestre um bom aproveitamento pedagógico. ■

PLURIKU

SÁBADO, 24 OUTUBRO 1982

RENAMO GARANTE NÃO FAZER MAIS ATAQUES ARMADOS — A representação da Resistência Armada Moçambicana (Renamo) em Portugal disse, ontem, que não atacará mais nenhuma localidade e que espera atitude idêntica do Governo de Maputo. O coronel Joaquim Vaz, responsável desde ontem pelo escritório coordenador das actividades da Renamo no exterior, situado nos arredores de Lisboa, afirmou que os ataques realizados pelos seus guerrilheiros nos últimos dias tinham como motivo a retaliação de ataques idênticos efectuados pelas tropas da Frelimo. Joaquim Vaz falava em Lisboa, à agência Lusa.

DHLAKAMA

«Maputo apoia tráfico de droga»

AFONSO Dhlakama, líder da Renamo, acusa o Governo moçambicano de apoiar uma rede de tráfico de droga no país e em toda a África e de manter ao seu serviço milhares de soldados cubanos, em entrevista ao jornalista israelita Ran Edelist.

Está pronto a testemunhá-

lo perante os organismos internacionais mas diz precisar de dinheiro, pelo que está a preparar uma digressão internacional nesse sentido. Não compreende porque é que o Ocidente suporta o Governo, afirma que a Renamo está rodeada de inimigos e que a sua luta é «contra todo o mundo».

Na entrevista, concedida a 5 de Outubro, em Roma, logo após a assinatura dos acordos de paz entre a Frelimo e a Renamo, Dhlakama, que diz filho do chefe da tribo dos Hinau e que só não se tornou um padre católico porque o pai o impediu, afirma-se fã de Michael Jackson e de Silvester Stalone. Está certo de ir ganhar as eleições do próximo ano e diz que nunca formará uma coligação com Joaquim Chissano, Presidente de Moçambique e da Frelimo, que considera ser um «camaleão». Quanto ao abraço que lhe deu na capital italiana, considera-o «mera diplomacia».

Contra tudo e contra todos

«Chissano só atirou areia para os olhos do Ocidente», diz Dhlakama. «Mas o pior é que as potências ocidentais apoiam um regime que mantém o tráfico de drogas em África. O Departamento de Estado norte-americano mantém relações com o regime de Chissano, que está directamente relacionado com traficantes de droga, não só em Moçambique como em toda a África», adianta o líder da Renamo. E reforça a sua incompreensão do que diz ser a «duplocracia ocidental», perguntando: «Como podem (os americanos) combater o narcotráfico na Colômbia e ao mesmo tempo colaborar com um regime que explora um império da droga?»

Segundo o líder da Renamo, há provas suficientes para fundamentar esta acusação: «Temos informações exactas, nomes, datas, documentos. Os ministros inclusivamente assinaram documentos entre o Governo e traficantes de droga. Estou disposto a ir à ONU para o provar perante qualquer comissão sobre drogas, apresentar-lhes provas e levá-los aos locais para verem com os seus próprios olhos e poderem investigar por conta própria».

Nas suas acusações, Dhlakama não se fica por aqui. Para ele, Chissano virou-se para as potências ocidentais apenas por ter perdido o apoio soviético. «Mas ele ainda dispõe de milhares de soldados cubanos ao seu serviço. O que estão eles a fazer na nossa terra?»

Apesar de tudo, o líder da Renamo sente-se só e desajudado e afirma que os seus opositores ganharam a guerra das «relações públicas»: «Estamos rodeados de países hostis: Tanzânia, Malawi, Zâmbia, Zimbábue. Todos cooperam com Chissano e simplesmente isolam-nos. Estamos metidos numa luta interna pela liberdade do nosso povo, mas na prática lutamos contra todo o mundo».

Quanto ao apoio recebido da África do Sul considera-o «pouco importante». «Estávamos numa situação em que aceitávamos o apoio

de onde viesse, como qualquer outro teria feito, mas essa ajuda era muito menor do que o que se disse. Para mostrar a sua pouca importância, em 1984 a África do Sul tratou-nos, começando a cooperar com o Governo de Maputo, mas apesar disso os nossos apoiantes no país aumentaram, bem como aumentámos o nosso controlo sobre largas áreas».

Hoje, porém, diz não ter problemas com o povo moçambicano mas com os países ocidentais, porque o seu maior inimigo é o dinheiro: «Em Moçambique, sabem a verdade sobre a opressão e a corrupção. Os cidadãos sabem que Chissano conseguiu milhões que gastou com os camaradas mais chegados e a equipar o seu exército. Mas tenho um problema com os países ocidentais, onde devo apagar uma nódoa — a meu ver injustificada. Não tenho dinheiro para uma campanha eleitoral e estou a preparar uma visita a governos e partidos para explicar a posição da Renamo e solicitar o seu apoio».

Em Moçambique, os acordos de paz assinados há três semanas em Roma, têm sido «construídos» desde há uma semana por «vozes de guerra» entre a Frelimo e as forças governamentais. Os contendores tomaso e retiram cidades e aldeias, à procura de uma supremacia no terreno que lhes possam vir a dar frutos na mesa de negociações. OPORTUNIDADE 24 DE OUTUBRO DE 1982

A PAZ em Moçambique está por um fio, após a ocupação de quatro importantes cidades pela Renamo e a posterior retomada pelas forças governamentais de uma delas, Angoché.

As trocas de tiros e os avanços militares continuam, apesar de o cessar-fogo ter formalmente entrado em vigor a 15 de Outubro, enquanto as tropas zimbabueanas iniciaram a retirada do país, criando expectativa quanto ao futuro do célebre «corredor da Beira», que defendiam a pedido do Governo de Maputo.

A Igreja católica denunciou os desmandos da Renamo nos territórios recém-ocupados, enquanto, por seu lado, os representantes da organização mantêm que não estão reunidas as condições para a sua entrada oficial na capital.

Entretanto, parece confirmarem-se os boatos de dissensões no seio da Renamo, com uma ala «moderada», encabeçada por Dhlakama, interessada na paz e a dos «duros» descontente com os acordos.

Estala «guerra de acusações»

Uma «guerra de acusações» entre a Frelimo e a Renamo estalou quase imediatamente, com o movimento guerrilheiro a fazer papel de vítima. A conquista, em quatro dias e em «tempo de paz», das vilas estratégicas de Angoché, Maganja da Costa, Memba (todas no litoral) e Lugela, no interior, foi justificada pela Renamo pela necessidade de resistência «às violações iniciadas pela Frelimo».

Tudo começou 24 horas depois do famoso «Dia E» para Moçambique, sexta-feira, 16 de Outubro, quando o secretário-geral da Renamo, Vicente Ululu, afirmou que a sua organização notificara a Presidência sobre alegadas progressões das tropas governamentais em regiões controladas pela guerrilha (Tete, Zambézia, Nampula, Niassa e Cabo Delgado). Em jeito de ultimato, Ululu avisou que, se as forças governamentais não retirassem, os seus homens perseguiriam «os invasores até ao local de procedência».

A ofensiva da Renamo gerou forte reacção das cúpulas militares e políticas de Maputo, ao ponto de o general Hama Thai, chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas de Moçambique, advertir para uma possível resposta «incontrolável das tropas governamentais». O apelo do Executivo, na terça-feira, para que as Forças Armadas se posicionassem de modo a «defenderem a ordem interna» deu a cobertura necessária às acções desenvolvidas nos dias seguintes, que conduziram à retomada de Angoché e a prepa-

rativos para lançar a ofensiva sobre as restan-

das três vilas. Caíram assim em saco roto as declarações de James Littley, secretário norte-americano assistente da defesa internacional, e do representante especial da ONU em Moçambique, Aldo Ajello, que consideraram que qualquer progressão militar após a entrada em vigor do cessar-fogo seria ilegal.

Renamo exige «alojamento condigno»

Reactivadas as operações militares nas províncias da Zambézia e de Nampula, em contraste com a convivência quase generalizada dos antigos inimigos nas restantes regiões, onde, aliás, tropas governamentais estão a abastecer de víveres os guerrilheiros da Renamo, o movimento de Dhlakama adiou a chegada a Maputo da comitiva de 30 homens que deviam integrar a comissão de Supervisão

e Controlo do Acordo Geral de Paz e a Comissão de Verificação do Cessar-Fogo.

«Questões técnicas», nomeadamente a falta de «alojamento condigno», foi o argumento apresentado. «Em Roma estávamos num hotel, mas não ficáremos num hotel no nosso país e tão pouco aceitaremos o insulto da atribuição de quatro casas pré-fabricadas, sem quaisquer condições, por mobiliar e sem comunicações», afirmou Anselmo Victor, representante político da Renamo em Maputo.

Entretanto, correm rumores de que Dhlakama, que já disse pretender estabelecer-se na capital em Novembro, será o futuro inquilino de uma luxuosa mansão na Avenida 24 de Julho que em tempos foi residência do ex-governador José Miane.

Enquanto os moçambicanos mantêm as desconfianças mútuas, as forças estrangeiras envolvidas no conflito parece pretenderem respeitar integralmente o Acordo de Paz. O Zimbábue iniciou a evacuação dos seus efectivos, estimados em cerca de oito mil soldados, que entraram oficialmente em Moçambique para proteger o corredor da Beira, vital para a sua economia, mas que acabaram por ter um papel preponderante na guerra civil, cooperando com as forças governamentais em operações militares.

As empresas estão na expectativa quanto à possibilidade de comboios e mercadorias circularem livremente sem a protecção do exército de Hare. Os homens de negócios zimbabueanos poderão optar por encaminhar as suas mercadorias através da África do Sul, alternativa no entanto muito dispendiosa.

TIROTEIO EM NAMPULA OBRIGA A EVACUAR VOLUNTÁRIOS DA AMI — Três voluntários da AMI (Assistência Médica Internacional) que operavam em Moçambique foram evacuados de emergência para Portugal, depois de a empresa nacional que garantia a presença da missão de ajuda ter considerado não poder continuar a garantir a segurança do pessoal médico. A missão da AMI, que estava sob protecção da empresa Entrepote, era composta por um médico e duas enfermeiras, que prestavam assistência à população de Munapo (Nampula) e trabalhavam na remodelação do hospital local. Responsáveis da AMI garantem, no entanto, que regressarão a Nampula para concluir o trabalho iniciado pela missão, logo que haja condições de segurança no território, onde um curto cessar-fogo verificado logo após a assinatura dos acordos de Roma cedeu lugar a novos confrontos armados. O regresso a Moçambique e a Angola e visitas a campos de refugiados somalis são as próximas missões agendadas pela Assistência Médica Internacional.

PÚBLICO

TERÇA-FEIRA 20 OUTUBRO 1992

NOVE PESSOAS, incluindo cinco mulheres, morreram ontem, em Hlazení, província do Natal, na sequência de um ataque de militantes do Partido da Liberdade (Inkatha, de etnia zulu) a membros do Congresso Nacional Africano (ANC). Dezoito pessoas ficaram feridas. A polícia deteve cinco suspeitos de envolvimento na acção. Oito outras pessoas morreram em incidentes em dois "townships" da mesma província, Dlamini, Umbumbulu, e nos subúrbios de Joanesburgo, em Katlehong. Um porta-voz da polícia disse que as forças de segurança tiveram entretanto que assegurar protecção a 300 membros do partido de Nelson Mandela, em Phateni, arredores de Richmond, também no Natal, ameaçados de morte por zulus do partido de Mengosutho Buthelezi. Esta organização vem protestando violentamente contra a proibição, decretada pelo Governo, sob pressão do ANC, do porte de armas perigosas, incluindo as tradicionais utilizadas pelos zulus, enquanto responsáveis do Inkatha afirmam que não obedecerão. Mas, no mesmo dia em que o ANC era vítima de continuadas perseguições dos zulus, Nelson Mandela veio reconhecer em conferência de imprensa, "com grave preocupação", que torturas, trabalhos forçados, má alimentação e cuidados sanitários desumanos foram alguns dos atropelos aos direitos humanos cometidos nas prisões do ANC, nomeadamente no "Campo Quatro", em Angola, durante os anos de interdição da organização. Os inusitados constam de um relatório de 74 páginas, ontem divulgado. Mandela classificou os abusos como "indesculpáveis".

PÚBLICO 21 OUTUBRO 1992

Negros podem ser ministros...

O PARLAMENTO sul-africano aprovou ontem uma emenda à Constituição que vai permitir, pela primeira vez, a entrada de ministros negros no Governo. O projecto-lei, que tinha sido rejeitado na passada quinta-feira pela câmara mista do Parlamento, foi de novo apresentada na Assembleia pelo Partido Nacional (NP, no poder) após ter sido alterada. Em simultâneo, um comité multipartidário rejeitou um projecto-lei que permitiria ao Presidente Frederick de Klerk perdoar os crimes de "apartheid" cometidos por funcionários do Estado.

Jornal sul-africano incentiva a selecção

PÚBLICO

SÁBADO 24 OUTUBRO 1992

O JORNAL sul-africano "The Sowetan", um diário popular entre a população negra, desiludido com as performances da selecção de futebol daquele país, ofereceu aos jogadores um bônus de sete mil dólares, cerca de 930 contos, caso vençam amanhã o Congo. "Chegou a altura de acreditar nos rapazes e de pôr o desapontamento de lado", afirmou um representante do "The Sowetan". A África do Sul realiza amanhã o seu segundo encontro a contar para a fase de qualificação do "Mundial-94", depois de ter sofrido uma pesada derrota frente à Nigéria, por 4-0, no encontro que marcou o seu regresso às competições internacionais.

PÚBLICO

SEGUNDA-FEIRA 26 OUTUBRO 1992

CHACINA NA ÁFRICA DO SUL — Pelo menos 20 pessoas foram mortas e 27 feridas por um grupo armado não identificado que entrou numa residência de um "ghetto" negro a sul de Durban, na província sul-africana do Natal — anunciou ontem a polícia. Uma quinzena de indivíduos, armados de espingardas Kalachnikov, teria aberto fogo sobre as pessoas concentradas para celebrarem uma festa tradicional zulu, numa casa da localidade de Folweni. Testemunhas citadas pela polícia dizem que as vítimas eram afectas ao Partido Inkatha, o que automaticamente poderia fazer cair suspeitas sobre militantes do ANC. Mas até ao cair da noite de ontem a situação ainda não se encontrava devidamente esclarecida.

EXPRESSO, SÁBADO 24 DE OUTUBRO DE 1992

CE: primeira intervenção fora da Europa

PELA primeira desde a sua fundação, a Comunidade Europeia vai envolver-se directamente num processo de transição política fora do seu continente.

A missão, definida como «político-operacional», será na África do Sul e arrancará a partir de 29 de Outubro, quando chegarem a este país os 20 elementos que a compõem, na maioria oficiais da polícia.

Portugal fornecerá dois elementos, um polícia e o único diplomata da missão de observadores, talvez uma singela homenagem ao facto de ter sido o nosso país a promover a iniciativa da «troika», uma ideia da presidência portuguesa só concretizada no turno britânico.

A visita a Pretória da «troika» comunitária, em Setembro, que estabeleceu os termos da participação, surgiu em resposta ao apelo do Governo sul-africano à comunidade mundial para que se envolvesse no processo iniciado formalmente há um ano, com a assinatura do Acordo Nacional de Paz pelas forças políticas.

Uma resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas, de Agosto de 92, dá-lhe forma, ao referir expressamente a CE e a Comunidade Britânica.

Ao todo, foram destacados 12 observadores da Commonwealth, 50 das Nações Unidas e 15 da Comunidade Europeia, que terão por missão coadjuvar o trabalho dos

organismos criados na África do Sul para implementar o acordo e prevenir a violência, considerado o problema-chave.

Para a ONU, a missão é uma medida que se prende com uma visão global de resolução dos conflitos.

Para a Comunidade Europeia, é antes de mais um passo que expressa a sua orientação de sair dos gabinetes de Bruxelas e da rigidez da cooperação política para um campo mais operacional que,

num futuro distante, prefigura o próprio Exército europeu.

Mas, para Portugal, é uma questão de interesse vital tendo em conta o seu envolvimento directo nos processos de paz em Angola e Moçambique e a existência de uma significativa colónia de emigrantes portugueses na África do Sul, a maior deste país.

Em suma, é a compreensão de que paz e guerra são interdependentes e que, sobretudo nesta região do mundo, são um processo regional e não apenas nacional.

A Jugoslávia foi para todos um «primeiro teste» deste tipo de acções. Portugal reconhece-o ao escolher como observador um «veterrano»: João Caetano da Silva, ex-porta-voz da missão da Comunidade Europeia

na ex-Jugoslávia, que também acompanhou o processo de independência da Namíbia e que esteve colo-

cado na África do Sul durante três anos. Acompanha-o o agente da Polícia Judiciária Vítor Antunes, que se integrará no trabalho da chamada «Comissão Goldstone», o órgão superior criado pelo Acordo Nacional de Paz para a prevenção da violência pública.

Aos observadores competirá trabalhar com os comités de resolução de conflitos que, criados em todo o país e formados por representantes de partidos políticos, igrejas, estruturas económicas, autarquias tribais e polícia, devem intermediar e negociar entre as partes de modo a evitar a eclosão de violência.

«A nossa presença não acabará com a violência, mas contribuirá para reduzir o seu nível, numa situação em que o maior problema não é o não cumprimento dos acordos pelas cúpulas, mas pelos elementos no terreno, que da parte da polícia ou das organizações partidárias lhe resistem ou mesmo boicotam», afirmou ao EXPRESSO o diplomata português.

A estrutura criada pelo Acordo compreende, além da Comissão para a Prevenção da Violência Pública e Intimidação, um Comité e um Secretariado Nacional de Paz, que coordenarão o trabalho de 11 comités regionais e 60 locais de resolução de conflitos, assistidos por juizes de paz. Tribunais criminais especiais darão seguimento aos processos.

Lúcia Melrotes